PBPC ISSN 2674-9432
Qualis A3 CAPES 2021-2024 | DOI - Crossref | Latindex | Indexado no Google Acadêmico

PERFÓRMANCES DE ORALIDADE, FALA E ESCUTA, EM DOCUMENTOS CURRICULARES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Pamela Rafaela Alves Trindade[1], Raissa Palma de Araújo e Souza[2], Rita Cristina Lima Lages[3]

https://doi.org/10.36557/2674-9432.2025v4n2p1373-1393
Artigo recebido em 19 de Novembro e publicado em 22 de Dezembro 2025

ARTIGO ORIGINAL

RESUMO

Este trabalho de cunho qualitativo visa traçar um histórico de como ocorreu a inserção da oralidade no ensino-aprendizagem de língua portuguesa no Brasil, a fim de investigar como ela se adaptou até os dias atuais e tentar compreender os motivos dessa prática apresentar desafios na sua implantação efetiva. Para isso, realizou-se, em um primeiro momento, a leitura dos documentos curriculares que norteiam essa pesquisa, nesse caso, os Parâmetros Nacionais Curriculares (PCN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Logo após a leitura desses documentos, foi realizado um levantamento bibliográfico de pesquisas que tratam diretamente da temática. Por fim, efetuou-se uma análise comparativa entre esses dois documentos normativos. Com apoio de autores como Marcuschi (1999), Gama (2010), Dutra (2013), Winch (2016), Ferreira (2020), Angelo, Costa e Andrade (2021), Quirino (2022) e Storto, Costa-Maciel e Magalhães (2023), foram identificados alguns fatores que contribuem para que seu ensino efetivo encontre percalços, seja em relação às lacunas curriculares na formação docente, a escassez de pesquisas que aprofundem métodos para sua avaliação, a necessidade de uma abordagem mais sólida dessa prática por parte dos documentos oficiais, dentre outros. Sendo assim, o presente estudo surge com intuito de fornecer subsídios teóricos para novas pesquisas relacionadas ao ensino de língua portuguesa, no âmbito da oralidade.

Palavras-Chave: Oralidade; língua portuguesa; ensino-aprendizagem; PCN; BNCC.

[1] Graduanda do Curso de Letras-Português da Universidade Federal de Ouro Preto.
[2] Professora substituta no Departamento de Artes Cênicas da Universidade Federal de São João de Rei e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas (PPGCen) da Universidade de Brasília (UnB).
[3] Professora Associada do Departamento de Letras e do Curso de Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Ouro Preto.

ORAL, SPEAKING, AND LISTENING PERFORMANCES IN PORTUGUESE LANGUAGE CURRICULUM DOCUMENTS

ABSTRACT

This qualitative study aims to trace the history of how orality was introduced into Portuguese language teaching and learning in Brazil, in order to investigate how it has adapted to the present day and try to understand the reasons why this practice presents challenges in its effective implementation. To do this, we first read the curriculum documents that guide this research, in this case, the Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) and the Base Nacional Comum Curricular (BNCC). This was followed by a bibliographical survey of research that deals directly with the subject. Finally, a comparative analysis was carried out between these two normative documents. With the support of authors such as Marcuschi (1999), Gama (2010), Dutra (2013), Winch (2016), Ferreira (2020), Angelo, Costa and Andrade (2021), Quirino (2022) and Storto, Costa-Maciel and Magalhães (2023), some factors were identified that contribute to its effective teaching encountering setbacks, be it in relation to curricular gaps in teacher training, the scarcity of research that delves into methods for evaluating it, the need for a more solid approach to this practice on the part of official documents, among others. In this sense, we seek to provide theoretical support for further research into the teaching of Portuguese language in the context of orality.

Keywords: Orality; portuguese language; teaching and learning; PCN; BNCC.

Instituição afiliada – Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

Autor correspondente: *Rita Cristina Lima Lages*

This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

1 INTRODUÇÃO

A oralidade, abordada com precisão por Marcuschi (2010), constitui em uma prática social interativa voltada para a comunicação que se manifesta por meio de diferentes formas ou gêneros textuais e que usam a sonoridade como base: ela pode se apresentar tanto em contextos formais quanto informais. Trata-se de uma prática prevista nos documentos oficiais que regem o ensino básico brasileiro. Entretanto, apesar das prescrições, pesquisas acerca da temática no ambiente escolar revelam que é necessário um olhar atento para a importância de uma abordagem mais efetiva. Nesse sentido, torna-se fundamental analisar como essas diretrizes, especialmente os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), estruturam o ensino de oralidade no componente curricular de Língua Portuguesa (LP) no Brasil.

O ensino de oralidade começa a ser inserido, mesmo que gradualmente, a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 5.692, em 1971, assim como nos documentos que a complementam, nos quais foi incluída textualmente, ao determinar que o ensino da língua portuguesa deve refletir a comunicação e a expressão da cultura brasileira. Mesmo que essa diretriz não sugerisse diretamente a prática da oralidade, ela serviu de base para que novas concepções de ensino de língua fossem construídas, inclusive aquelas baseadas na comunicação. Assim, surgem os documentos PCN, publicados em 1997 e 1998, que começam a tratar o estudo da língua oral em sala de aula.

Os PCN, por sua vez, organizam o ensino de língua portuguesa com o foco no desenvolvimento discursivo e linguístico, priorizando a língua como forma de interação, com o objetivo de possibilitar "[...] a análise crítica dos discursos para que o aluno possa identificar pontos de vista, valores e eventuais preconceitos neles veiculados". (Brasil, 1998, p. 38). Logo, essa abordagem possibilita a expansão da capacidade do estudante de interagir de maneira crítica e reflexiva com a língua e suas formas de uso. Assim, promovendo um conhecimento que vai além do estudo da norma padrão da língua portuguesa, reconhecendo outras variantes da língua, e suas concepções, conforme evidenciam os PCN

> [u]ma vez que as práticas de linguagem são uma totalidade e que o sujeito expande sua capacidade de uso da linguagem e de reflexão sobre ela em situações significativas de interlocução, as propostas didáticas de ensino de Língua Portuguesa devem organizar-se tomando o texto (oral ou escrito) como unidade básica de trabalho, considerando a diversidade de textos que circulam socialmente. (Brasil, 1998, p. 58).

No caso da BNCC, o ensino-aprendizagem de língua portuguesa segue os mesmos princípios dos PCN de assumir o caráter enunciativo-discursivo da língua e priorizar a língua como interação, como afirma a BNCC (2018, p. 67)

> [a]ssume-se aqui a perspectiva enunciativo-discursiva de linguagem, já assumida em outros documentos, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), para os quais a linguagem é "uma forma de ação interindividual orientada para uma finalidade específica; um processo de interlocução que se realiza nas práticas sociais existentes numa sociedade, nos distintos momentos de sua história".

Ou seja, em termos de prescrições normativas curriculares, após os PCN (1997, 1998), é homologada em 2017/2018 a BNCC, atual documento orientador obrigatório para produção dos currículos de toda educação básica. A oralidade na BNCC passa a ser abordada como um dos eixos centrais para o estudo da língua portuguesa. Sobre isso o documento normativo diz que

> [o] Eixo da Oralidade compreende as práticas de linguagem que ocorrem em situação oral com ou sem contato face a face, como aula dialogada, webconferência, mensagem gravada, spot de campanha, jingle, seminário, debate, programa de rádio, entrevista, declamação de poemas (com ou sem efeitos sonoros), peça teatral, apresentação de cantigas e canções, playlist comentada de músicas, vlog de game, contação de histórias, diferentes tipos de podcasts e vídeos, dentre outras. Envolve também a oralização de textos em situações socialmente significativas e interações e discussões envolvendo temáticas e outras dimensões linguísticas do trabalho nos diferentes campos de atuação. (Brasil, 2018, p. 78-79).

Reiteramos que este estudo se dedicará prioritariamente a analisar as pesquisas e partes dos documentos que abordam o ensino da oralidade, a fim de compreender a inserção da oralidade no ensino, como ela se adaptou até os dias atuais e tentar entender os motivos dessa prática apresentar desafios na sua implantação efetiva no ensino de LP. Este artigo está estruturado da seguinte forma: na primeira seção, será

apresentada uma revisão teórica sobre a oralidade no ensino de LP, com foco nas diretrizes presentes nos PCN e na BNCC. A seguir, será realizada uma análise comparativa entre esses dois documentos normativos, destacando as possibilidades e os desafios relacionados à inserção dessa prática em sala de aula. Por fim, as considerações finais que discutirá os principais pontos da pesquisa, evidenciando os desafios identificados na implementação da oralidade e os possíveis caminhos para tornar sua implementação efetiva.

2 PRESSUPOSTOS PARA O ENSINO DA ORALIDADE: DOCUMENTOS CURRICULARES, TEÓRICOS FUNDANTES E PROPOSIÇÕES DE ANÁLISE

No que se refere ao ensino da oralidade no Brasil, os documentos normativos desempenham um papel fundamental na definição das diretrizes e das práticas pedagógicas acerca da temática. Os Parâmetros Nacionais Curriculares (PCN), implementados em 1997 e 1998, constituíram um marco para a consolidação da oralidade como uma das habilidades a serem exploradas no ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa (LP). A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017/2018, revelou a importância do trabalho com a oralidade no ensino de LP, além das habilidades no campo da leitura, escrita, literatura e análise linguística.

Diante do exposto, este trabalho se propõe, portanto, as seguintes frentes de pesquisa: uma análise bibliográfica de pesquisas que tratam da relação entre os documentos oficiais e a prática do ensino de oralidade, com objetivo de compreender como se deu a abordagem da oralidade nessas diretrizes. Como objetivos específicos adotamos: i) realizar o estudo documental com o intuito de localizar e problematizar as questões propostas pelas pesquisas observadas; e ii) comparar os documentos para identificar distâncias ou proximidades de concepções, teorias e conceitos sobre o ensino de oralidade.

Para atingir tais objetivos, a metodologia adotada é de cunho qualitativo, ou seja, segue orientações teórico-metodológicas baseadas nos estudos de Minayo, na medida em que a autora considera que

> [a] pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos,

> aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (Minayo, 2001, p. 14).

Quanto à metodologia, conforme já anunciado, esta consiste em revisão bibliográfica de pesquisas sobre a temática, análise documental e comparativa, focando as prescrições e epistemologias de ensino (concepções, métodos e abordagens) dos documentos para o ensino da oralidade no componente curricular de LP. Para este último propósito realizou-se uma leitura minuciosa dos dois últimos documentos curriculares: PCN e BNCC.

Para o levantamento bibliográfico de teorias e pesquisas que tratam diretamente da temática, foram utilizadas as bases SciElo, Portal de Periódicos da CAPES, *Google Scholar* e banco de teses e dissertações de universidades brasileiras. Ao tomar como descritores os termos Língua Portuguesa, Oralidade, Ensino, Brasil, PCN e BNCC, permitiu-se uma busca direcionada de teses, artigos científicos e livros que circundam o tema. O recorte para a escolha das pesquisas foi a opção por títulos que contivessem o nome dos documentos normativos juntamente com o termo oralidade. Foram encontradas cerca de 20 pesquisas, das quais lemos os resumos e selecionamos oito entre os anos de 1999 e 2023. Este recorte temporal leva em conta a publicação dos PCN em 1997 e 1998, bem como a homologação da BNCC em 2017/2018.

Os estudos de autores como Marcuschi (1999), Gama (2010), Dutra (2013), Winch (2016), Ferreira (2020), Angelo, Costa e Andrade (2021), Quirino (2022) e Storto, Costa-Maciel e Magalhães (2023) serão utilizados para analisar as questões referentes à oralidade nesses documentos normativos e contribuir para a discussão sobre essa prática. Além desses, também recorreremos às pesquisas de Lopes Fávero (2021), que apresentou uma síntese sobre o surgimento dos primeiros estudos relacionados à análise da conversação, e Castro (2020), que traçou historicamente o surgimento da BNCC. Nos Quadros 1 e 2 são apresentados os panoramas das pesquisas sobre os PCN e a BNCC, respectivamente.

Quadro 1 – Principais pesquisas sobre os PCN

ANO	TÍTULO	GÊNERO TEXTUAL	AUTOR
1999	O tratamento da oralidade nos PCN	Artigo científico	Luiz Antônio Marcuschi.

	de língua portuguesa de 5ª a 8ª séries.		
2010	Oralidade: confronto entre os PCN e a concepção dos professores da escola pública – um estudo de caso.	Tese	Tânia Dantas Gama.
2013	O espaço da oralidade na aula de língua portuguesa: orientação dos PCN e propostas dos livros didáticos.	Tese	Andréa Soares Dutra.
2013	O ensino da oralidade: um panorama anterior aos PCN-EF/98.	Artigo científico	Paulia Gaida Winch.

Fonte: elaborado pela autora.

Quadro 2 – Principais pesquisas sobre a BNCC

ANO	TÍTULO	GÊNERO TEXTUAL	AUTOR
2020	A Base Nacional Comum Curricular e suas Implicações para o Ensino da Oralidade no Ensino Fundamental – Anos Finais.	Dissertação	Edson Gomes Ferreira Junior
2021	Princípios para o ensino de oralidade na Base Nacional Comum Curricular.	Artigo científico	Cristiane Angelo; Luciane da Costa; Sérgio de Andrade.
2022	O Ensino do Eixo Oralidade nos anos finais do ensino fundamental: proposta Didática de Formação continuada para professores de Língua Portuguesa de Pilar - PB.	Dissertação	Valker Lopes Quirino.
2023	Gêneros orais da esfera científica na Base Nacional Comum Curricular.	Artigo científico	Letícia Storto, Débora Costa-Maciel e Tânia Magalhães.

Fonte: elaborado pela autora.

Vale ainda ressaltar que na revisão de pesquisa será dado um tratamento principal aos autores e seus textos fundantes no campo teórico sobre o ensino de oralidade no Brasil. No Quadro 1 destacam-se os estudos do pesquisador Marcuschi, que se dedicou ao estudo da oralidade e suas repercussões em sala de aula.

3 PCN E BNCC: UMA ANÁLISE COMPARATIVA SOBRE DOCUMENTOS, PRESCRIÇÕES E PESQUISAS

Conforme indicado anteriormente, a proposta central deste trabalho é realizar uma análise comparativa entre os dois documentos, a fim de identificar distâncias ou proximidades nas concepções, teorias e conceitos sobre o ensino de oralidade na disciplina de Língua Portuguesa em dois documentos curriculares: Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Desta forma, este capítulo se dedicará a analisar esses objetos e propor uma reflexão sobre eles.

3.1 Teorias e ideias linguísticas em circulação e a abordagem da oralidade nos Parâmetros Curriculares Nacionais

Inicialmente, para compreender as mudanças promovidas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), é necessário examinar as discussões teóricas que permeavam o Brasil na década anterior ao lançamento desse documento normativo. Segundo Lopes Fávero (2021), nos anos 1980, houve um grande avanço nas pesquisas e discussões na área da Linguística Textual e da Análise da Conversação. Como consequência, surgiram teses e dissertações que introduziram estudos sobre a língua falada e suas repercussões no ensino de língua materna.

Winch (2013), ao traçar um panorama anterior ao surgimento dos PCN, constatou que os estudos sobre a modalidade oral ganharam mais visibilidade no Brasil a partir dessa década. Esse movimento levou à gradativa incorporação da oralidade no ensino de Língua Portuguesa (LP).

Diante do alto índice de evasão escolar e das mudanças nas concepções de ensino, surgiu a necessidade de um documento normativo que unificasse e orientasse

os profissionais da área na preparação e aplicação dessas novas diretrizes. Assim foram elaborados os PCN, incluindo o de língua portuguesa, que estabeleceu diretrizes para o ensino da disciplina com foco em "[...] dar ao aluno condições de ampliar o domínio da língua e da linguagem, aprendizagem fundamental para o exercício da cidadania". (Brasil, 1998, p. 58).

Uma das principais referências utilizadas na concepção deste documento e de suas diretrizes é o teórico da linguagem Bakhtin, cujo conceito de dialogismo da linguagem também influenciou as discussões sobre gêneros textuais.

Com base nessas influências, os PCN passam a incorporar essas perspectivas no ensino-aprendizagem de língua portuguesa. Entretanto, é importante ressaltar que nos documentos analisados o ensino da oralidade não é tratado por esse termo, mas sim pela denominação de "língua falada", "língua oral" e semelhantes. Apesar de o termo "oralidade" estar presente em alguns trechos, ele é empregado com outros significados, sem estar diretamente ligado ao significado atribuído ao termo posteriormente.

Gama (2010, p. 39) observa que "[...] os PCN provocaram no campo teórico e aplicado uma série de discussões, cujo interesse se concentrava em analisar a legitimidade teórica e a descrição do objeto de ensino proposto pelo documento, o gênero textual". A autora destaca a importância dessas diretrizes para profissionais da área, mas observa que apesar dos esforços os professores em exercício da profissão tiveram uma formação voltada para o ensino da gramática normativa, visto que os cursos de Letras só passaram a reformular suas grades curriculares após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996. Por sua vez, essa formação voltada para a gramática normativa colocava a escrita como foco central do ensino de língua, contrapondo-se, a princípio, com a visão apresentada pelos PCN.

Partindo para a análise da oralidade nos PCN, observa-se que a oralidade passa a ser considerada uma das competências a serem desenvolvidas e praticadas no ensino de língua portuguesa, justificando que a língua oral e a escrita são cruciais para uma participação social efetiva, já que o documento prioriza a língua como lugar de interação e reitera que "[a] própria condição de aluno exige o domínio de determinados usos da linguagem oral". (Brasil, 1997, p. 27).

Nesse âmbito, os PCN preconizam que o ensino da língua oral na escola deve

preparar o aluno para o exercício de diversas situações comunicativas, mas especialmente para o exercício formal da fala, a qual pode ser trabalhada em atividades como debates, entrevistas, seminários, dramatizações etc. Por entender que o ensino de língua materna deve ser feito por meio de gêneros textuais, o documento normativo apresenta variados gêneros, tais como cordel, canções, entrevistas, debates, propagandas, exposição oral, entre outros, que possibilitam o trabalho com a oralidade, seja na escuta, na leitura ou na produção (Dutra, 2013).

Apesar de abordarem uma diversidade de gêneros, sejam relacionados à escrita ou à oralidade, Marcuschi (1999) destaca que o documento não faz uma separação sistemática entre os tipos de texto, que são categorias teóricas, e os gêneros textuais, que são formas textuais empíricas e diversas. Por ser implantado e estabelecido como central no ensino de língua, os PCN poderiam se concentrar em apresentar as complexidades e ramificações que os gêneros compreendem.

Adiante, outro aspecto importante de se ressaltar nos PCN é que o documento aborda o ensino da língua oral interligado com ensino da escrita, como salienta Marcuschi (1999, p. 119): "[r]essalte-se a posição enfática e explícita defendida corretamente nos PCN de que a língua falada e a língua escrita não se opõem de forma dicotômica nem são produzidas em situações polares".

Apesar dessa posição, o autor critica o fato de que, mesmo quando a escrita e a fala possam ser trabalhadas em consonância, é preciso entender que cada modalidade apresenta especificidades, e não se pode reduzir a relação entre elas a uma relação entre som-grafia. Segundo o autor, "[...] a noção de linguagem falada não se restringe ao som e sim a processamentos lingüísticos [sic] muito complexos que envolvem mais do que o som". (Marcuschi, 1999, p. 119). Outra questão pontuada por ele é a afirmação feita pelo documento de que a escrita possui um papel fundamental no planejamento prévio de textos orais, o autor rebate com o seguinte argumento:

> [é] até difícil imaginar o que se quer dizer com essa recomendação, a não ser que a escrita é superior à fala em termos de planejamento e organização das ideias. Mas isso não condiz com a realidade, já que há um conjunto de textos orais (talvez sua maioria) que não obedece a um planejamento prévio tendo em vista as próprias condições de produção. (Marcuschi, 1999, p. 121).

Embora os PCN abordem a oralidade como uma das bases do ensino de língua portuguesa é evidente que ainda a colocam em uma posição secundária, desconhecendo sua autonomia em relação à escrita. Portanto, apesar dos avanços referentes a inclusão da oralidade nos documentos normativos, ela ainda enfrentou outros desafios, pois, antes da implementação das novas diretrizes, muitos educadores em atividade haviam sido formados com foco exclusivo na gramática normativa. Como afirma Gama (2010), muitos desses profissionais enfrentavam dificuldades para participar de cursos para atualizar seus currículos e em muitas instituições, apenas um desses profissionais era enviado para realizar a formação continuada e depois repassá-la aos demais.

Adiante, a autora argumenta que ao implementar normas que alteram a relação entre o professor e o ensino é preciso "verificar [discutir] os papeis dos envolvidos, as referências teóricas de que eles dispõem, as condições profissionais, os recursos estruturais" (Gama, 2010, p. 40-41), pois somente assim as mudanças serão definitivamente incorporadas na prática docente — com eficiência. Sem essas análises e reflexões torna-se possível que tais discussões fiquem apenas no campo teórico.

Para compor a discussão, Dutra (2013) faz um apontamento semelhante à perspectiva de Gama (2010) no que diz respeito à dificuldade dos professores para trabalharem com as diretrizes impostas, inclusive em relação à oralidade. Dutra (2013) aponta que muitos profissionais não entendem a importância dessa prática e que poucos têm acesso aos documentos. Por consequência, acabam se afastando de tudo o que os PCN respaldam sobre a oralidade.

Apesar da dificuldade na implementação efetiva dos PCN e de algumas incongruências a respeito da prática da oralidade, é indiscutível a importância que esses parâmetros apresentaram para sua inserção em salas de aula. Sua abordagem, além de dar espaço à oralidade como central no ensino de língua portuguesa, proporcionou uma base para que mais estudos surgissem em torno da temática, validando a sua aplicação. Constituiu-se, assim, para sua época, uma das principais referências de como integrar a oralidade no ensino de língua portuguesa, antes do lançamento da BNCC.

3.2 Teorias e ideias linguísticas em circulação e a abordagem da oralidade na Base Nacional Comum Curricular

Apesar de a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ter sido homologada em 2017/2018, Castro (2020) aponta que a emergência da necessidade de se propor um currículo comum evidenciou-se em 2007 — a partir da criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Também foi fundamental os resultados da aplicação abrangente da Prova Brasil e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) que revelaram um descompasso entre as diferentes instituições de ensino básico. Assim, como não existia um currículo comum entre essas instituições, as avaliações se tornaram um parâmetro para o que seria ensinado nas escolas.

Nesse contexto, o Plano Nacional de Educação (PNE), criado em 2014, reforçou a necessidade de ter um currículo comum, como menciona Castro (2020, p. 104): "[...] consolida-se a ideia de que é preciso cumprir a LDB, superar a fragmentação curricular e iniciar a construção de uma base nacional comum curricular que sirva de norte para todos os currículos do País". Assim, a partir de várias discussões e seminários entre estudiosos e docentes surge a 1ª versão da BNCC, publicada em 2015 pelo Ministério da Educação (MEC), com sua 3ª versão aprovada no ano de 2017, sendo a versão que abrangia o ensino médio aprovada em 2018.

A 3ª versão de 2017 gerou polêmicas, pois, segundo Ferreira (2020), em 2016 o Brasil atravessava um período de instabilidade política marcado pelo *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff que resultou na posse do então vice-presidente Michel Temer. Esse acontecimento histórico acarretou diversas modificações que impactaram a sociedade brasileira, incluindo a instituição de novos regulamentos trabalhistas e previdenciários, além de alterações no plano de governo. Em decorrência disso, a BNCC também refletiu e sofreu os impactos dessa nova conjuntura. Sobre essas reverberações no documento normativo, Ferreira (2020, p. 33) argumenta que:

> [...] há um conflito na elaboração de três versões da BNCC. As duas primeiras foram amplamente discutidas pela sociedade, na terceira desconsiderada o diálogo das instituições representantes da educação e divulgação de propostas elaboradas por um grupo seleto de governantes e empresários.

Dessa forma, torna-se perceptível as influências exercidas e as modificações sofridas nessa versão do documento. Por sua vez, a 4ª e última versão abordou temáticas importantes como direitos humanos, desigualdade social, respeito à diversidade cultural, entre outras.

Retornando ao foco inicial de nosso estudo, ou seja, a realização de uma análise comparativa entre os dois últimos documentos curriculares utilizados no Brasil, temos na BNCC, especificamente para o componente curricular de LP, o pressuposto de assumir a mesma perspectiva enunciativo-discursiva de linguagem que os PCN, na medida em que apresenta como um dos objetivos para o ensino da língua

> [...] proporcionar aos estudantes experiências que contribuam para a ampliação dos letramentos, de forma a possibilitar a participação significativa e crítica nas diversas práticas sociais permeadas/constituídas pela oralidade, pela escrita e por outras linguagens". (Brasil, 2018, p. 65-66).

A partir dessa perspectiva, a BNCC organiza o ensino de LP em competências e habilidades que atuam na ampliação desses letramentos. Nesse sentido, também estão os eixos de integração, voltados a diferentes práticas de linguagem, são eles: oralidade, leitura/escuta, produção (escrita e multissemiótica) e análise linguística/semiótica.

Partindo para a oralidade, o documento preconiza que este eixo abrange as práticas de linguagem que se dão em contextos orais, não só face a face, mas também por meio de webconferências, mensagens gravadas, contação de histórias, *podcasts*, canções, declamações de poemas, *vlog* de *games*, discussões, interações, entre outros. Embora a BNCC contemple práticas discursivas contemporâneas como os gêneros orais mediados por tecnologias, a implementação desses enunciados enfrenta desafios. Angelo, Costa e Andrade (2021), ao abordarem a oralidade no tocante aos gêneros vinculados à prática, observam que muitos desses gêneros são pouco utilizados em sala de aula e exigem certo grau de conhecimento tecnológico, como o *podcast,* por exemplo. Este consiste em um formato de áudio digital, e que, apesar de aproximar o aluno dos usos atuais da linguagem, exige do professor um conhecimento em ferramentas digitais. Levando em consideração que essas tecnologias são recentes, os professores que estão em exercício há mais tempo podem encontrar dificuldades para trabalhar esses enunciados.

Os autores, acima citados, destacam que a BNCC, ao retomar o texto como objeto de trabalho assim como os PCN, possibilita desenvolver habilidades de oralidade, leitura e escrita que proporcionam ao aluno a possibilidade de ampliar suas interações em práticas de diferentes campos de atuação, sendo, nos anos finais do ensino fundamental, por exemplo, os campos artístico-literário, práticas de estudo e pesquisa, jornalístico-midiático e de atuação na vida pública. Ademais, o documento também considera esses campos no ensino-aprendizagem de LP, com intuito de vincular as aprendizagens aos usos sociais da linguagem. Quirino (2022), ao analisar o eixo oralidade, observa que a abordagem dessa prática no documento é um tanto quanto limitada, instrucional e sem um aprofundamento nas orientações acerca de como os professores devem direcionar esse ensino, uma vez que, para muitos desses profissionais o trabalho com a oralidade ainda é algo recente e pouco aplicado nas práticas pedagógicas. O autor ainda argumenta que, nos anos finais do ensino fundamental, as práticas de linguagem e habilidades referentes à oralidade comparadas aos outros eixos é discrepante, sendo das 185 habilidades e práticas de linguagens, a oralidade está presente em apenas 11.36%.

Storto, Costa-Maciel e Magalhães (2023) observam algo semelhante ao afirmarem que apesar da BNCC ressaltar e implementar as práticas orais, o espaço que o documento estabelece para a oralidade ainda é inferior ao concedido à escrita, tal como nos PCN. Os autores destacam, ainda, o seguinte trecho da BNCC: “[...] o privilégio social e cultural dado à escrita” (Brasil, 2017, p. 79), e afirmam que essa visão acaba por reforçar uma certa primazia da escrita em relação à fala.

Quanto aos professores e o trabalho com a oralidade, Ferreira (2020) diz que, tem crescido o interesse do trabalho com a língua oral por parte dos professores em sala de aula, principalmente pela falta de entendimento dos alunos para com a modalidade. Apesar da BNCC dispor sugestões de conteúdos na área intitulada de “Objetos de Conhecimento” para serem abordados na aplicação da prática, observa-se uma ausência dessa temática na formação desses profissionais. Dessa forma, fica evidente que apesar da BNCC pontuar a oralidade como uma prática importante para o ensino-aprendizagem de língua portuguesa, com apoio de novas tecnologias, ainda esbarra em limitações significativas para seu ensino efetivo.

3.3 Análise comparativa das abordagens oralidade nos documentos curriculares: PCN e BNCC

A etapa de transição dos PCN para a BNCC apresentou uma série de mudanças significativas no que tange o ensino de oralidade, tanto na abordagem de conceitos quanto nas diretrizes para o ensino. Logo, enquanto os PCN passam a reconhecer a oralidade como uma prática importante no ensino-aprendizagem de língua portuguesa, a BNCC aprofunda essa perspectiva, incorpora novas práticas discursivas e propõe uma integração entre os eixos de linguagem.

A BNCC também apresenta um melhor detalhamento das habilidades a serem desenvolvidas pelos alunos, isto é, a BNCC é mais específica e clara com os objetivos e competências que devem ser adquiridas pelos estudantes no decorrer do processo de ensino. Os PCN focaram, principalmente, no uso público da fala, apresentando gêneros como o debate e a entrevista. Ela, por sua vez, amplia, mesmo que parcialmente, essa perspectiva e propõe uma abordagem dessa modalidade também em contextos sociais contemporâneos, apresentando gêneros como *vlog* de *game* e *podcast*. Além disso, apresenta variados gêneros orais que usam a tecnologia como ferramenta, seja em sua produção ou em sua circulação.

Apesar de certas progressões constarem nos documentos oficiais, o ensino de oralidade ainda enfrenta desafios em relação a sua aplicabilidade em sala de aula. Um desses desafios, por exemplo, é a lacuna presente na formação dos professores para o trabalho efetivo dessa prática, como aborda Ferreira (2020). Muitos desses profissionais encontram certa dificuldade em avaliar exercícios que envolvem a temática, o que tem relação com os componentes curriculares dos cursos de Letras no Brasil, que, muitas vezes, não oferecem disciplinas específicas que tratem diretamente o tema. Segundo Storto, Costa-Maciel e Magalhães, “[...] Melo e Cavalcante ainda destacam a dificuldade existente em avaliar a oralidade, tema que, embora já tenhamos certos parâmetros e critérios, é preciso ser densamente pesquisado, com vistas a contribuir com a docência

da Língua Portuguesa". (Melo; Cavalcante[4], 2006 *apud* Storto; Costa-Maciel; Magalhães, 2023, p. 201).

Os autores Storto, Costa-Maciel e Magalhães (2023) salientam ainda a importância da contribuição de estudos acerca das avaliações de oralidade, pois no tocante ao tema, é nesse aspecto que se encontra mais complexidade por parte dos docentes. Outro apontamento importante é que os dois documentos normativos, apesar de reconhecerem a importância do trabalho com a modalidade oral, concedem pouco espaço em relação aos outros componentes dos eixos, principalmente se for comparado à modalidade escrita da língua que, por sua vez, desde os PCN, é abordada com ênfase no ensino-aprendizagem de LP. Como apontam os autores: "[m]antendo aquilo que já era observado em documentos anteriores, como os PCN, na BNCC, o espaço destinado à oralidade é inferior ao da escrita". (Storto; Costa-Maciel; Magalhães, 2023, p. 206).

Em suma, em termos comparativos sobre o lugar e legitimidade ocupada pelas prescrições para o ensino da oralidade, podemos depreender que, a BNCC destacou a oralidade como uma prática significativa, considerando-a tão importante quanto a leitura, produção de textos etc., no ensino-aprendizagem de língua portuguesa, ao comparar essas orientações àquelas presentes nos PCN. Entretanto, percebe-se uma tendência à subvalorização dessa modalidade da língua, sobretudo quando se considera a pouca mobilização teórica e as discussões sobre esse domínio no ensino de LP. Percalços para seu ensino efetivo ainda são encontrados, seja em relação às lacunas curriculares na instância da prescrição, nas matrizes curriculares para formação docente e, ainda, como a produção deste trabalho pode identificar, a escassez de pesquisas que se dediquem a aprofundar estudos sobre métodos para sua avaliação nas práticas de sala de aula ou a necessidade de uma abordagem mais sólida, em termos teóricos, desse eixo de ensino por parte dos documentos oficiais.

[4] MELO, C. T. V.; CAVALCANTE, M. C. B. Superando os obstáculos de avaliar a oralidade. *In.* MARCUSCHI, B.; SUASSUNA, L. (orgs.). **Avaliação em língua portuguesa:** contribuições para a prática pedagógica. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração a importância da oralidade no ensino de língua portuguesa, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) desempenham um papel fundamental na construção das diretrizes para a aplicação dessa prática. No entanto, observou-se que, apesar de a oralidade ter ganho espaço a partir da década de 80, ainda enfrenta desafios significativos na sua implementação efetiva.

Tendo isso em vista, esta pesquisa de cunho qualitativo buscou traçar um panorama de como a modalidade oral foi inserida no ensino-aprendizagem de língua portuguesa por meio da análise desses dois documentos e de pesquisas produzidas em torno da temática, com o intuito de compreender os motivos pelos quais a prática ainda é pouco aplicada em sala de aula. Através da análise, tanto das bibliografias quanto dos documentos, tornou-se perceptível que alguns fatores levam a uma abordagem limitada da oralidade no ensino.

No caso dos PCN, apesar de serem pioneiros na inserção do estudo da oralidade nas aulas de língua portuguesa, sua implementação encontrou desafios significativos, como o pouco detalhamento quanto a efetivação desta prática, a ausência de uma formação continuada para os professores que tiveram um ensino focado na gramática normativa, o tratamento da oralidade como aspecto secundário no ensino, especialmente em relação à escrita, aliado à falta de aprofundamento teórico sobre a inserção dos gêneros, sejam orais ou escritos, evidencia lacunas que ainda precisam ser enfrentadas. Assim sendo, embora os PCN tenham representado esse importante marco ao incluir a oralidade no processo de ensino-aprendizagem de língua portuguesa, seu tratamento ainda apresenta certas restrições e necessita de um direcionamento mais objetivo.

Por sua vez, a BNCC expandiu o tratamento da temática, inserindo habilidades e competências para serem desenvolvidas no decorrer do trabalho com a prática. Além disso, o documento normativo em questão propõe o uso de ferramentas tecnológicas no ensino, incluindo também diferentes gêneros textuais. Contudo, apesar das significativas progressões, a BNCC apresentou algumas problemáticas consideráveis no

que tange o tratamento da oralidade, tais como a adoção de uma postura mais instrucional e menos didática e o pouco detalhamento acerca de como os professores devem conduzir o ensino da modalidade. Assim como os PCN, a BNCC coloca a oralidade, mais uma vez, em segundo plano em relação à escrita.

Em conclusão, através da análise comparativa desses documentos foi possível compreender que a oralidade ainda não ocupa o lugar de destaque no ensino de língua portuguesa. Essa ausência reforça a necessidade de pesquisas acerca da temática, seja em relação ao desenvolvimento de metodologias mais didáticas e eficazes para sua aplicação, seja no tratamento mais enfático da questão na formação docente, de modo que tanto futuros professores quanto os que já estão em exercício recebam subsídios teóricos para trabalhar a oralidade em sala de aula. Além disso, é essencial definir critérios mais objetivos para sua avaliação, aspecto que ainda constitui uma área pouco explorada em estudos e pesquisas.

5 REFERÊNCIAS

ANGELO, C. M. P; Costa, L. T. da; Andrade, S. de. Princípios para o ensino de oralidade na Base Nacional Comum Curricular. **Revista X,** [S.l.], v. 16, n. 6, p. 1476-1492, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.5380/rvx.v16i6.82236. Acesso em: 03 jan. 2025.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/. Acesso em: 21 ago. 2024.

BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Parecer nº 853/71 de 12 de nov. 1971. Fixa o núcleo comum para os currículos do ensino do 1º e 2º graus e a doutrina do currículo na Lei 5.692. **Habilitações profissionais no ensino de 2º grau.** Brasília: Ed. Expressão e Cultura, 1972, p. 71-73.

BRASIL. **Lei n. 9.394,** de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 20 ago. 2024.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** primeiro e segundo ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília: MEC/ SEF, 1997.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília: MEC/ SEF, 1998.

CASTRO, M. H. G. de. Breve histórico do processo de elaboração da Base Nacional

Comum Curricular no Brasil. **Em Aberto,** Brasília, v. 33, n. 107, p. 95-112, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.33i107.4530. Acesso em: 20 jan. 2025.

DUTRA, A. S. **O espaço da oralidade na aula de língua portuguesa:** orientação dos PCN e propostas dos livros didáticos. 2013. 131f. Dissertação (Mestrado em Literaturas de Língua Inglesa; Literatura Brasileira; Literatura Portuguesa; Língua Portuguesa; Linguística) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/6642. Acesso em: 05 set. 2024.

FERREIRA, E. G. J. **A Base Nacional Comum Curricular e suas implicações para o ensino da oralidade no Ensino Fundamental –** Anos Finais. 2020. 114f. Dissertação (Mestrado em Ensino) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró, 2020. Disponível em: https://repositorio.apps.uern.br/xmlui/handle/123456789/162. Acesso em: 20 out. 2024.

GAMA, T. D. **Oralidade confronto entre os PCN e a Concepção dos professores da escola pública:** um estudo de caso. 2010. 144F. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais e Humanas) – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2010. Disponível em: https://recil.ulusofona.pt/items/f46ecedf-0335-4f8c-ac96-f5497f174d9a. Acesso em: 05 jul. 2024.

LOPES FÁVERO, L. Análise Da Conversação: Panorama Dos Estudos No Brasil E Repercussão No Ensino. **PERcursos Linguísticos,** [S. l.], v. 11, n. 29, p. 136146, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/36. Acesso em: 13 jan. 2025.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita:** atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2010. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/773533417/Marcuschi-Da-Fala-Para-a-Escrita. Acesso em: 06 ago. 2024.

MARCUSCHI, L. A. O tratamento da oralidade nos PCN de língua portuguesa de 5ª a 8ª séries. **Scripta,** [S. l.], v. 2, n. 4, p. 114-129, 1999. Disponível em: https://periodicos.pucminas.br/scripta/article/view/10280. Acesso em: 02 set. 2024.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social.** Teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

QUIRINO, V. L. **O ensino do eixo oralidade nos anos finais do Ensino Fundamental:** uma proposta didática de formação continuada para os professores de Língua Portuguesa do município de Pilar-PB. 2022. 129f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Ensino) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/26608. Acesso em: 20 out. 2024.

STORTO, L. J.; COSTA-MACIEL, D. A. G.; MAGALHÃES, T. G. Gênero orais da esfera científica na Base Nacional Comum Curricular. **Calidoscópio,** [S. l.], v. 21. n. 1, p. 197-217. 2023. Disponível em: https://doi.org/10.4013/cld.2023.211.11. Acesso em: 03 jan. 2025.

WINCH, P. G. O ensino da oralidade: um panorama anterior aos PCN-EF/98. **Estudos Linguísticos,** [S. l.], v. 42 n. 2. p. 810-823, 2013. Disponível em: https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/968. Acesso em: 13 out. 2024.